



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGUERA

PROVA OBJETIVA – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CADERNO DE QUESTÕES

ASSISTENTE SOCIAL

ORIENTAÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO!

1. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá assinar o Cartão Resposta no local indicado, sob pena de eliminação no processo seletivo simplificado.

2. **O CANDIDATO DEVERÁ TRANSCREVER A FRASE A SEGUIR NO LOCAL INDICADO NO CARTÃO RESPOSTA, SOB PENA DE ELIMINAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:**

Grandes resultados nascem da disciplina diária.

3. O candidato recebeu este caderno de questões contendo 40 questões.

4. Após a autorização para início da prova, o candidato deverá fazer a conferência do caderno de questões, buscando verificar se possui a quantidade de questões previstas no edital de abertura de inscrições.

5. Caso a prova esteja com alguma falha relacionada a impressão, o candidato deverá solicitar uma nova prova para o Fiscal de Sala.

6. Não é permitida a comunicação entre os candidatos. É proibida também a utilização de qualquer tipo de equipamentos eletrônicos.

7. O tempo mínimo de permanência do candidato na sala de prova é de 01 (uma) hora após seu início. Porém, não poderá levar consigo o caderno de prova e nenhum tipo de anotação de suas respostas. Os candidatos poderão deixar o seu local de prova levando consigo o caderno de provas somente depois de decorrido o tempo de 2 (duas) horas de realização da prova. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento de candidato da sala de provas.

8. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao

conteúdo das provas. Não dobre, amasse ou escreva em seu Cartão de Resposta, apenas confira seus dados, leia as instruções com atenção para seu preenchimento e assine no local indicado, pois em hipótese alguma ele será substituído.

9. Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do Cartão Resposta. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o Cartão Resposta tais como: marcação de dois ou mais campos referentes a um mesmo item, ausência de marcação nos campos referentes a um mesmo item, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.

10. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no Cartão de Resposta, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, **com caneta esferográfica de tinta azul ou preta**, fabricada em material transparente, de forma contínua e densa. A leitura óptica do Cartão de Resposta é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

11. O gabarito desta prova estará disponível na página oficial do processo seletivo simplificado no site da instituição, dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

12. O candidato poderá interpor recurso contra as questões desta prova dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

13. Toda e qualquer anormalidade acontecida durante a realização das provas, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que faça a observação na respectiva ata.

NOME DO CANDIDATO

CPF DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

AGUARDE A AUTORIZAÇÃO DO FISCAL PARA ABRIR ESTE
CADERNO DE QUESTÕES





LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

O retorno do limite

A queda de Maduro restabelece uma verdade elementar da política internacional que o mundo tentou esquecer: ordem não nasce do consenso; nasce da capacidade de impor limites quando o consenso fracassa

Ana Paula Henkel
09 jan 2026

Em dezembro de 1989, sob a presidência de G. W. Bush, tropas americanas cruzaram o Panamá para capturar Manuel Noriega, um ditador transformado em narcotraficante de Estado. Em maio de 2011, já sob Barack Obama, forças especiais dos Estados Unidos entraram em território paquistanês para eliminar Osama bin Laden, o homem mais procurado do mundo.

Agora, em janeiro de 2026, a captura de Nicolás Maduro recoloca esse mesmo fio histórico em movimento. Não se trata apenas da queda de um ditador latino-americano, mas do retorno explícito de uma lógica de poder que havia sido suspensa, terceirizada ou disfarçada por décadas: a soberania real exige capacidade de agir – e disposição para fazê-lo. Três presidentes, três operações cirúrgicas, três decisões tomadas sem consulta prévia ao Congresso – e apenas uma delas passou a ser tratada como escândalo institucional. A operação que levou Maduro sob custódia americana não inaugura uma era. Ela encerra um intervalo.

A imprensa que hoje se apressa em questionar a legalidade da ação esquece – ou prefere esquecer – um detalhe essencial: o precedente existe. Ele não é obscuro nem controverso. Ele é histórico. Alguns analistas de ocasião decidiram redescobrir a Constituição americana justamente agora, questionando a ausência de consulta prévia ao Congresso como se isso fosse um ato inédito. Não é.

Noriega e Bin Laden foram capturados ou eliminados sem autorização legislativa prévia. Em nenhum dos dois casos, os Estados Unidos enfrentaram uma crise institucional, nem a Casa Branca foi acusada de “golpismo institucional”. Ao contrário: as ações foram entendidas como exercício legítimo do poder executivo em defesa da segurança nacional.

Obama autorizou a operação contra Bin Laden sem consulta prévia e foi amplamente elogiado por isso. A legalidade não foi questionada, a legitimidade menos ainda. O que mudou não foi o procedimento. Foi o presidente. [...] O debate atual não é jurídico. É político. E, mais profundamente, estético. Trump não se encaixa no imaginário moral da imprensa progressista. Logo, seus atos, ainda que idênticos aos de seus antecessores, passam a ser tratados como ameaça institucional. Essa inversão revela mais sobre quem acusa do que sobre quem decide.

Nicolás Maduro não era apenas um ditador autoritário à frente de um estado falido. Ele comandava um regime integrado ao narcotráfico internacional, sustentado por redes transnacionais de crime, com proteção ativa de potências adversárias dos Estados Unidos. A Venezuela havia se tornado um nó estratégico em uma teia que ligava o Caribe ao Oriente Médio, passando por Havana, Teerã, Moscou e Pequim. Ignorar isso é fingir que o mundo de 2026 ainda é o de 1996. [...]

A Doutrina Monroe (1823)

Proclamada em 1823 pelo presidente James Monroe, a Doutrina Monroe estabeleceu um princípio simples e duradouro: o Hemisfério Ocidental não estaria mais aberto à colonização ou interferência de potências europeias. Em troca, os Estados Unidos se comprometeriam a não intervir nos assuntos internos do Velho Mundo. Não era um gesto imperial, mas defensivo. A jovem república americana afirmava que sua segurança dependia da estabilidade estratégica de seu entorno imediato – uma noção elementar de soberania em um sistema internacional ainda regido pela força.

Ao longo dos séculos, a doutrina foi reinterpretada, expandida e, por vezes, instrumentalizada, mas seu núcleo permaneceu intacto: nenhuma grande potência tolera a consolidação de adversários estratégicos em sua vizinhança direta. O que muda não é o princípio, mas o método. Em 2026, a captura de Nicolás Maduro não revive a Doutrina Monroe em sua forma original; ela reafirma sua lógica essencial em um mundo multipolar, no qual a disputa não se dá mais por colônias formais, mas por infraestrutura crítica, influência política e controle indireto de Estados falidos. [...]

A captura de Maduro não representa assim uma reedição caricata da Doutrina Monroe do século 19. Representa algo mais direto: o reconhecimento de que nenhuma potência pode permitir que seu entorno estratégico imediato se transforme em base avançada de adversários globais. Não se trata de imperialismo. Trata-se de geopolítica elementar.

China, Rússia e Irã avançaram na América Latina porque puderam. Avançaram porque encontraram vácuos. Avançaram porque, durante anos, os Estados Unidos hesitaram, recuaram ou se limitaram a sanções simbólicas. A Venezuela foi o laboratório mais avançado desse processo. A operação que capturou Maduro é, nesse sentido, um freio de arrumação – tardio, mas inequívoco. [...]

A América Latina: antes e depois

Antes da captura de Maduro, a América Latina vivia uma fragmentação silenciosa. Governos ideologicamente alinhados a regimes autoritários conviviam com democracias frágeis, enquanto a influência chinesa crescia de forma constante, pouco contestada.

Depois da operação, o cenário mudou. Não porque todos passaram a apoiar Washington – não passaram –, mas porque a ilusão de que os Estados Unidos haviam abdicado do hemisfério caiu por terra. A região voltou a ser estratégica. E isso, por si só, já altera comportamentos, discursos e alianças. [...]

Na Europa, a reação foi previsível: preocupação formal, condenações retóricas, apelos à legalidade internacional. O continente, cada vez mais dependente da proteção americana, vive o paradoxo de criticar aquilo que o sustenta. Na Ásia, o recado foi entendido com mais clareza. Precedentes importam. A ideia de que líderes ou estruturas fora do território americano estão automaticamente protegidos por formalismos jurídicos foi relativizada.

O mundo entrou, definitivamente, em uma fase pós-ilusória. A crença de que normas sobreviveriam sem um poder que as apoiasse mostrou-se insustentável. Por tempo demais, o Ocidente confundiu prudência com paralisia, diálogo com abdicção e legalismo com fraqueza. Ao fazê-lo, abriu espaço para regimes que não compartilham seus valores, mas que se beneficiam de suas hesitações. A captura de Maduro marca o momento em que essa ambiguidade estratégica começa a se fechar. Não por nostalgia de um passado imperial, mas por reconhecimento de que a liberdade não se sustenta sozinha – ela exige guardiões dispostos a agir.



O mundo que emerge após janeiro de 2026 é menos confortável para ditadores, menos previsível para burocracias internacionais e mais exigente para aliados hesitantes. É um mundo em que a aposta na erosão lenta das democracias passa a ter custo real; em que a simetria moral entre regimes livres e regimes autoritários se torna insustentável; e em que o Hemisfério Ocidental volta a ser entendido não como zona neutra, mas como espaço civilizacional.

A História não voltou por nostalgia. Voltou porque foi chamada, voltou por omissão, por excesso de tolerância, por esquecimento das lições mais básicas do poder. E, desta vez, ela bateu à porta com força suficiente para ser ouvida de leste a oeste.

Fonte: HENKEL, Ana Paula. *O retorno do limite*. <https://revistaeste.com/revista/edicao-304/o-retorno-do-limite/>

01. A partir da leitura do texto e das ideias expostas pela articulista, infere-se de modo incorreto o que se faz presente em:

- a) A imposição da força militar se faz necessária para o estabelecimento da ordem, quando a anuência entre estados não alcança o resultado esperado por meio de sanções diplomáticas inócuas às pretensões de autocratas.
- b) O precedente histórico de ações americanas contra ditadores e terroristas legitima o pensamento favorável à prisão de Nicolás Maduro, na medida em que tais atos se justificam pela existência de um mecanismo legal que desobriga o chefe do executivo de consulta ao Congresso em tais situações.
- c) Segundo a autora, houve tentativa de manipulação dos fatos por parte de um segmento midiático que tentou omitir precedentes históricos e instrumentos jurídicos sobre a captura do ditador citado, a fim de manchar a reputação do atual governo junto à opinião pública.
- d) A ação contra o ditador Nicolás Maduro representa a efetivação da lógica essencial da Doutrina Monroe quanto aos interesses de defesa da segurança estadunidense, contudo, em um outro formato, mais ligado à geopolítica atual que se estabelece pela infraestrutura crítica e influência diplomática sobre estados falidos.
- e) A prisão de Nicolás Maduro possui justificativa Constitucional americana a qual, desde a Doutrina Monroe no século 19, prescinde de mecanismos legais para a ação unilateral do país contra qualquer sinal de ameaça à sua segurança nacional.

02. Analise as afirmações abaixo sobre o texto I antes de julgar o que se pede.

- () Ao ler o título bem como o restante do texto, percebe-se, enquanto defesa autoral, a linha crítica de que certas situações de apatia política exigem repostas firmes por parte de potências globais indiscriminadamente.
- () Mostra-se limitado e superficial o entendimento de que o ditador Nicolás Maduro representasse apenas a imagem de um tirano insensível ao bem-estar do seu povo. Na verdade, revelou-se que a ligação entre o déspota e países rivais ao Estado Americano era muito mais estreita quanto ao narcotráfico e à rede de crimes transnacionais.
- () A ação que levou à captura de Nicolás Maduro representa o fim da interrupção de ações militares já praticadas pelos Estados Unidos ao longo de sua história, em nome da sua segurança nacional.
- () O texto, baseando-se na análise imparcial da mídia progressista, propõe que se redescubra a Constituição

americana por considerar golpismo institucional a prisão do líder venezuelano sem consulta prévia ao Congresso local.

() A Venezuela estava inclusa no grupo de países cuja fraqueza democrática foi analisada pela articulista como causa da forte influência de nações como a China, a fim de estreitarem relações ideológicas e políticas pouco contestadas, consolidando práticas autoritárias e nocivas à democracia local. **Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se constatar, pela ordem, a seguinte sequência.**

- a) F – V – V – F – V.
- b) F – F – V – F – V.
- c) V – F – V – F – F.
- d) V – V – F – V – V.
- e) F – V – V – F – F.

03. Leia as afirmações abaixo acerca de trechos do texto e seus elementos constitutivos antes de avaliar o que se pede.

- I. Em trechos como “**A imprensa** que hoje se apressa em questionar a legalidade da ação esquece – ou prefere esquecer – um detalhe essencial: o precedente existe.” (3º par.); além de “**Alguns analistas de ocasião** decidiram redescobrir a Constituição americana justamente agora, questionando a ausência de consulta prévia ao Congresso como se isso fosse um ato inédito.” (3º par.), há em destaque expressões que contextualmente criticam o mesmo segmento social presente ainda na seguinte passagem: “O debate atual não é jurídico. É político. E, mais profundamente, estético. Trump não se encaixa no imaginário moral **da imprensa progressista**. Logo, seus atos, ainda que idênticos aos de seus antecessores, passam a ser tratados como ameaça institucional. **Essa inversão revela mais sobre quem acusa do que sobre quem decide.**” (5º par.)
- II. Em “Noriega e Bin Laden foram capturados ou eliminados sem autorização legislativa prévia. Em nenhum dos dois casos, os Estados Unidos enfrentaram uma crise institucional, nem **a Casa Branca** foi acusada de “golpismo institucional”. (4º par.) e “Depois da operação, o cenário mudou. Não porque todos passaram a apoiar **Washington** – não passaram –, mas porque a ilusão de que os Estados Unidos haviam abdicado do hemisfério caiu por terra.” (12º par.); nota-se a presença de um recurso estilístico cujas expressões em destaque representam “o governo americano” como associação semântica por substituição de vocábulos, o que contribui para a coesão do texto.
- III. Em “Não se trata apenas da queda de um ditador latino-americano, mas do **retorno explícito de uma lógica de poder** que havia sido suspensa, terceirizada ou disfarçada por décadas: a soberania real exige capacidade de agir – e disposição para **fazê-lo**.” (2º par.), nota-se em destaque expressões que, no contexto, são referentes à expressão “golpismo institucional” (4º par.), a fim de reforçar a crítica feitas pela articulista.
- IV. Em “Proclamada em 1823 pelo presidente James Monroe, a Doutrina Monroe estabeleceu um princípio simples e duradouro: o Hemisfério Ocidental não estaria mais aberto à colonização ou interferência de potências europeias. Em troca, os Estados Unidos se comprometeriam a não intervir nos assuntos internos do Velho Mundo. **Não era um gesto imperial, mas defensivo.**” (7º par.), a autora faz uso de uma alusão histórica como justificativa favorável à ação do governo americano a fim de exemplificar como, na prática, a Doutrina



Monroe representou, no episódio da Venezuela, um mecanismo jurídico de base legal executada segundo o seu método, contudo alterando sua essência.

V. Nota-se que a “lógica de poder que **havia sido suspensa, terceirizada ou disfarçada por décadas**” (2º par.), ao longo da progressão do texto I, é reiterada como justificativa analítica e crítica em expressões destacadas na seguinte passagem: “A crença de que normas sobreviveriam sem um poder que as apoiasse mostrou-se insustentável. Por tempo demais, o Ocidente confundiu prudência com paralisia, diálogo com abdicação e legalismo com fraqueza. Ao fazê-lo, abriu espaço para regimes que não compartilham seus valores, mas que se beneficiam de suas hesitações. A captura de Maduro marca o momento em que essa ambiguidade estratégica começa a se fechar.” (14º par.).

Pode-se considerar correto, segundo a intencionalidade autoral do texto I e suas ideias presentes, o que foi afirmado acima apenas em:

- a) I, II e III.
- b) III, IV e V.
- c) II, IV e V.
- d) I, II e V.
- e) II, III e IV.

04. Sobre as regras de Acentuação gráfica, conforme o Novo Acordo vigente da Língua Portuguesa, assinale a alternativa cuja análise para as palavras em destaque encontra-se correta.

- a) “Em dezembro de 1989, sob a presidência de G. W. Bush, tropas americanas cruzaram o Panamá para capturar Manuel Noriega, um ditador transformado em narcotraficante de Estado.” (1º par.) – embora possuam tonicidade silábica distinta, os dois vocábulos em destaque são acentuados por possuírem a mesma terminação.
- b) “Não se trata apenas da queda de um ditador latino-americano, mas do retorno explícito de uma lógica de poder que havia sido suspensa, terceirizada ou disfarçada por décadas” (2º par.) – as proparoxítonas em destaque serão sempre acentuadas quando forem apenas Adjetivos.
- c) “Alguns analistas de ocasião decidiram redescobrir a Constituição americana justamente agora, questionando a ausência de consulta prévia ao Congresso” (3º par.) – as palavras em destaque possuem duas justificativas oficiais para serem acentuadas, o que ocorre em função da dupla possibilidade de prosódia e, conseqüentemente, de separação silábica aceita na língua portuguesa.
- d) “O debate atual não é jurídico. É político. E, mais profundamente, estético.” (5º par.) – as palavras em destaque são acentuadas por serem paroxítonas, o que justifica o uso do acento tônico em qualquer situação.
- e) “E isso, por si só, já altera comportamentos, discursos e alianças.” (12º par.) – a terminação de cada monossílabo átono em destaque determina a necessidade ou não do uso do acento tônico, o que diferencia a escrita das duas últimas em relação à primeira.

05. Leia as afirmações abaixo sobre o processo de formação de palavras de cada expressão em destaque antes de julgar o que se pede:

I. “Alguns analistas de ocasião decidiram redescobrir a Constituição americana justamente agora...” (3º par.) – a palavra foi formada por prefixação e, argumentativamente,

usada para direcionar a crítica a uma parcela de mídia cuja conduta jornalística se revela parcial, segundo a articulista.

II. “Ao longo dos séculos, a doutrina foi reinterpretada...” (8º par.) – palavra formada por parassíntese com colocação simultânea de prefixo e sufixo, a fim de significar contextualmente as diferentes formas de análise pelas quais a doutrina passou ao longo da história.

III. “Em 2026, a captura de Nicolás Maduro não revive a Doutrina Monroe em sua forma original; ela reafirma sua lógica essencial em um mundo multipolar” (8º par.) – as palavras em destaque possuem a presença do mesmo tipo de afixo nas respectivas derivações.

IV. “A captura de Maduro marca o momento em que essa ambiguidade estratégica começa a se fechar.” (14º par.) – nota-se em destaque um substantivo abstrato formado por derivação em relação ao verbo capturar.

V. “A crença de que normas sobreviveriam sem um poder que as apoiasse mostrou-se insustentável.” (14º par.) – o vocábulo foi formado pela colocação de prefixo e de sufixo, alterando a classe morfológica da base primitiva ao transformar-se em Adjetivo.

Pode-se dizer que se encontra incorreto o que foi dito acima apenas em:

- a) I, II e III.
- b) III, IV e V.
- c) II e III.
- d) I e V.
- e) II, III e IV.

06. Assinale a alternativa cuja indicação de classe morfológica esteja gramaticalmente correta para a expressão em destaque.

- a) “...já sob Barack Obama, forças especiais dos Estados Unidos entraram em território paquistanês para eliminar Osama bin Laden” (1º par.) – Adjetivo pátrio usado para caracterizar o substantivo precedente, a fim de indicar a exatidão de um topônimo.
- b) “Agora, em janeiro de 2026, a captura de Nicolás Maduro recoloca esse mesmo fio histórico em movimento...” (2º par.) – verbo “capturar” de primeira conjugação flexionado na terceira pessoa do singular.
- c) “A imprensa que hoje se apressa em questionar a legalidade da ação esquece – ou prefere esquecer – um detalhe essencial: o precedente existe.” (3º par.) – Adjetivo usado para caracterizar o Substantivo “detalhe”, expressando valor semântico de “fato anterior ou antecedente”.
- d) “Noriega e Bin Laden foram capturados ou eliminados sem autorização legislativa prévia.” (4º par.) – Conjunção subordinativa adverbial de modo.
- e) “Logo, seus atos, ainda que idênticos aos de seus antecessores, passam a ser tratados como ameaça institucional.” (5º par.) – Artigo definido feminino a fim de especificar o Substantivo “ameaça”.

07. Analise as afirmações abaixo sobre elementos constitutivos do texto I em fragmentos específicos, antes de julgar o que se pede.

() “Três presidentes, três operações cirúrgicas, três decisões tomadas sem consulta prévia ao Congresso – e apenas uma delas passou a ser tratada como escândalo institucional.” (2º par.) – conjunção coordenativa adversativa, podendo, assim, ser substituída pela expressão “todavia” ou “porém”.



() “Não se trata apenas da queda de um ditador latino-americano, mas do retorno explícito de uma lógica de poder que havia sido suspensa, terceirizada ou disfarçada por décadas: a de que a soberania real exige capacidade de agir – e disposição para fazê-lo.” (2º par.) – a expressão sublinhada cumpre papel coesivo referencial ao representar contextualmente “a lógica de poder”.

() “A imprensa que hoje se apressa em questionar a legalidade da ação esquece – ou prefere esquecer – um detalhe essencial: o precedente existe. Ele não é obscuro nem controverso. Ele é histórico.” (3º par.) – a ideia estabelecida entre os dois últimos períodos é a de conclusão, podendo-se inserir o elemento coesivo “Portanto” no início do último, a fim de manter o valor semântico inicial.

() “Noriega e Bin Laden foram capturados ou eliminados sem autorização legislativa prévia. Em nenhum dos dois casos, os Estados Unidos enfrentaram uma crise institucional, nem a Casa Branca foi acusada de ‘golpismo institucional’. Ao contrário: as ações foram entendidas como exercício legítimo do poder executivo em defesa da segurança nacional.” (4º par.) – a expressão em destaque estabelece valor de causa no contexto em que fora empregada.

() “O mundo que emerge após janeiro de 2026 é menos confortável para ditadores, menos previsível para burocracias internacionais e mais exigente para aliados hesitantes. É um mundo em que a aposta na erosão lenta das democracias passa a ter custo real;” (15º par.) – a expressão em destaque poderia ser corretamente substituída pelo conectivo “onde” a fim de manter o caráter semântico e gramatical no contexto, uma vez que se trata de um pronome relativo exercendo valor anafórico.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se constatar, pela ordem, a seguinte sequência.

- a) V – V – F – F – V.
- b) F – V – F – V – V.
- c) V – F – V – V – F.
- d) F – V – F – F – V.
- e) V – V – F – V – V.

08. Assinale a alternativa cuja proposição de rescrita de um fragmento do texto I esteja em desacordo com o valor semântico ou a correção gramatical da Língua Portuguesa.

a) “Obama autorizou a operação contra Bin Laden sem consulta prévia e foi amplamente elogiado por isso. A legalidade não foi questionada, a legitimidade menos ainda.” (5º par.) / “Obama autorizou a operação contra Bin Laden sem consulta prévia e foi amplamente elogiado por isso. A legalidade não foi questionada, tampouco a legitimidade.”

b) “A História não voltou por nostalgia. Voltou porque foi chamada, voltou por omissão, por excesso de tolerância, por esquecimento das lições mais básicas do poder. (16º par.) / “A História não voltou por nostalgia. Voltou porque os Estados e seus líderes esqueceram das lições mais básicas do poder.

c) “Ao longo dos séculos, a doutrina foi reinterpretada, expandida e, por vezes, instrumentalizada, mas seu núcleo permaneceu intacto: nenhuma grande potência tolera a consolidação de adversários estratégicos em sua vizinhança direta.” (8º par.) / “Ao longo dos séculos, reinterpretou-se, expandiu-se e, por vezes, instrumentalizou-se a doutrina, mas seu núcleo permaneceu intacto: a consolidação de adversários estratégicos, em sua vizinhança direta, não é tolerada por nenhuma grande potência.

d) “A Venezuela havia se tornado um nó estratégico em uma teia que ligava o Caribe ao Oriente Médio, passando por Havana, Teerã, Moscou e Pequim.” (6º par.) / “A Venezuela se tornou um nó estratégico em uma teia que ligava o Caribe ao Oriente Médio, com passagem por Havana, Teerã, Moscou e Pequim.

e) “Por tempo demais, o Ocidente confundiu prudência com paralisia, diálogo com abdicação e legalismo com fraqueza. Ao fazê-lo, abriu espaço para regimes que não compartilham seus valores, mas que se beneficiam de suas hesitações.” (14º par.) / Por período demasiado, o Ocidente confundiu prudência com paralisia, diálogo com abdicação e legalismo com fraqueza. Ao fazer isso, permitiu a consolidação de regimes que não compartilhavam seus valores, mas que se beneficiavam de suas hesitações.

09. A partir das regras da gramática normativa da Língua Portuguesa, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.

a) Em “Agora, em janeiro de 2026, a captura de Nicolás Maduro recoloca esse mesmo fio histórico em movimento.” (2º par.), encontra-se em destaque um sintagma preposicionado cuja função sintática exercida é a de Adjunto nominal, na medida em que este termo possui valor paciente em relação ao nome que completa.

b) Em “Não se trata apenas da queda de um ditador latino-americano” (2º par.) o vocábulo em destaque é um índice de indeterminação do sujeito cuja regra de concordância verbal exige a conjugação do verbo ao qual se liga – trata – em terceira pessoa do singular.

c) Em “Ele não é obscuro nem controverso.” (3º par.), a expressão em destaque poderia ser substituída por “tão pouco” a fim de manter a correção e o valor semântico aditivo no contexto.

d) Em “A região voltou a ser estratégica. E isso, por si só, já altera comportamentos, discursos e alianças.” (12º par.), nota-se a presença de um sujeito simples na primeira oração cujo núcleo é o vocábulo “região”; porém, na segunda, há um sujeito composto cuja concordância atrativa justifica a flexão na terceira pessoa do singular.

e) Em “Não por nostalgia de um passado imperial, mas por reconhecimento de que a liberdade não se sustenta sozinha” (14º par.), encontra-se destacada uma oração subordinada substantiva objetiva indireta.

10. Analise as afirmações abaixo sobre justificativas de uso da Pontuação, antes de julgar o que se pede.

() Em “Em dezembro de 1989, sob a presidência de G. W. Bush, tropas americanas cruzaram o Panamá para capturar Manuel Noriega, um ditador transformado em narcotraficante de Estado.” (1º par.), nota-se que as vírgulas foram usadas com o mesmo propósito de isolar Adjuntos Adverbiais deslocados.

() Em “Não se trata apenas da queda de um ditador latino-americano, mas do retorno explícito de uma lógica de poder que havia sido suspensa, terceirizada ou disfarçada por décadas: a de que a soberania real exige capacidade de agir – e disposição para fazê-lo.” (2º par.), os dois pontos anunciam uma fala de teor explicativo possuindo natureza catafórica.

() Em “China, Rússia e Irã avançaram na América Latina porque puderam.” (10º par.), a vírgula foi usada para separar topônimos que exercem função sintática de Adjunto Adverbial e que se encontram deslocados no período.



() Em “*Antes da captura de Maduro, a América Latina vivia uma fragmentação silenciosa.*” (11º par.) e “*Depois da operação, o cenário mudou.*” (12º par.), cada vírgula foi usada de forma obrigatória para isolar expressões explicativas no contexto, consideradas essenciais e integrantes da oração.

() Em “*Na Europa, a reação foi previsível: preocupação formal, condenações retóricas, apelos à legalidade internacional.*” (13º par.), os dois pontos foram utilizados a fim de anunciarem uma fala de teor explicativo no contexto; a primeira vírgula marca o deslocamento de um termo na oração; já as outras duas vírgulas separam termos de mesma função sintática.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se constatar, pela ordem, a seguinte sequência.

- F – F – V – F – F.
- F – V – F – F – F.
- V – F – V – V – V.
- F – V – F – F – V.
- V – V – F – F – V.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Considere os polinômios:

$$P(x) = 3x^4 - 5x^3 + 2x - 8$$

$$Q(x) = x^2 - 3x + 2$$

Ao dividir $P(x)$ por $Q(x)$, obtém-se um quociente $S(x)$ e um resto $R(x)$, sendo que o resto deve ter grau menor que 2. Qual é o polinômio que representa corretamente o resto dessa divisão?

- $R(x) = -x + 4$
- $R(x) = 2x - 8$
- $R(x) = -x + 2$
- $R(x) = x - 6$
- $R(x) = 12x - 20$

12. Um capital de R\$ 6.000,00 é aplicado em juros simples à taxa de 2% ao mês durante x meses. Sabe-se que o montante obtido é de R\$ 8.160,00. Qual é o valor de x ?

- 14
- 16
- 18
- 20
- 24

13. Considere a palavra: **COMBINATORIA** (ignorando acento: **COMBINATORIA**). Quantos anagramas distintos podem ser formados de modo que todas as vogais fiquem juntas?

- 151.200
- 302.400
- 378.000
- 453.600
- 504.000

14. Uma empresa realizou uma pesquisa interna para saber em quais atividades os funcionários participam. Os resultados foram organizados em três conjuntos:

- A = funcionários que participam do treinamento de segurança.
- B = funcionários que participam do curso de informática.
- C = funcionários que participam do grupo de leitura técnica.

Os conjuntos são:

$$A = \{1, 2, 3, 4, 5, 6\}$$

$$B = \{3, 4, 7, 8\}$$

$$C = \{2, 4, 6, 8, 9\}$$

A gerência deseja identificar quais funcionários participam de exatamente duas das três atividades. Quais funcionários satisfazem essa condição?

- $\{2, 3, 4, 6\}$
- $\{3, 4, 6, 8\}$
- $\{2, 3, 4, 8\}$
- $\{2, 4, 6, 8\}$
- $\{3, 4, 8\}$

15. A função que descreve o crescimento de uma colônia é: $f(t) = 50 \cdot 2^t$, onde t é o tempo em horas. Após quantas horas o valor de $f(t)$ atinge 1600?

- 5
- 4
- 2
- 6
- 7

CONHECIMENTOS GERAIS

16. A formação histórica do território do atual Município de Anguera (BA) relaciona-se à presença indígena, à ocupação colonial por meio de concessões de terras e, posteriormente, ao surgimento de um núcleo populacional no século XIX. Considerando esse processo de povoamento, assinale a alternativa correta.

- A ocupação inicial do território ocorreu sobretudo com a mineração aurífera no século XVIII, o que levou à criação imediata de um arraial e, em seguida, à emancipação municipal ainda no período imperial.
- A origem do núcleo urbano está associada à instalação de um povoado no século XIX, impulsionado por equipamentos comunitários (como capela e escola) e por fluxos regionais de circulação, a exemplo do trânsito de tropeiros e do intercâmbio comercial entre áreas do interior e centros do Recôncavo.
- A povoação consolidou-se apenas após a inauguração da BA-052, na década de 1970, sendo inexistentes registros relevantes de núcleo comunitário anterior, o que explica a tardia formação do distrito-sede.
- O povoamento foi predominantemente promovido por imigração europeia organizada no início do século XX, ligada à cafeicultura, com criação de colônias agrícolas oficiais no território do município.
- A principal base do povoamento foi a instalação de um grande porto fluvial no século XIX, responsável por atrair comércio internacional e estabelecer Anguera como entreposto do Recôncavo, substituindo a centralidade de Cachoeira.



17. O processo de emancipação política de diversos municípios baianos ocorreu principalmente ao longo do século XX, quando distritos pertencentes a municípios maiores passaram a reivindicar autonomia administrativa. Nesse contexto, considerando a formação político-administrativa do Município de Anguera, assinale a alternativa correta.

- a) O município de Anguera foi criado por meio da Lei Estadual nº 1.558, de 20 de novembro de 1961, quando o então distrito, anteriormente pertencente ao município de Feira de Santana, foi desmembrado e elevado à categoria de município.
- b) A emancipação política de Anguera ocorreu ainda no período imperial, quando o povoado de Almas foi elevado diretamente à condição de município por decreto da Coroa Portuguesa, desvinculando-se do território de Cachoeira.
- c) A criação do município ocorreu após a Constituição Federal de 1988, que determinou a reorganização territorial da Bahia e promoveu a emancipação automática de diversos distritos do interior do estado.
- d) A emancipação política de Anguera foi resultado de um processo de fusão administrativa entre os municípios de Serra Preta e Feira de Santana, que originou uma nova unidade territorial autônoma.
- e) O município de Anguera foi criado durante a década de 1930, no contexto das reformas administrativas promovidas pelo governo de Getúlio Vargas, que reorganizaram os territórios municipais da Bahia.

18. A Constituição Federal e as leis orgânicas municipais frequentemente estabelecem competências compartilhadas entre os entes federativos, visando à cooperação administrativa na promoção do interesse público. Nesse contexto, de acordo com o Art. 19 da Lei Orgânica do Município de Anguera, assinale a alternativa correta.

- a) É competência comum do Município, da União e do Estado combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.
- b) A fiscalização das concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais constitui atribuição exclusiva da União, sendo vedada a atuação municipal.
- c) A implantação de políticas de educação para segurança no trânsito constitui competência exclusiva dos municípios, não cabendo atuação da União ou dos Estados.
- d) A proteção do meio ambiente e o combate à poluição são competências exclusivamente municipais, não podendo ser exercidas de forma compartilhada.
- e) A promoção de programas habitacionais é vedada aos municípios, por se tratar de competência exclusiva da União.

19. A Lei Orgânica do Município de Anguera estabelece, em seu Art. 18, diversas competências privativas atribuídas ao Poder Público municipal. Considerando esse dispositivo, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Município legislar exclusivamente sobre matérias de direito penal e processual penal.
- b) Compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual no que couber.
- c) Compete ao Município editar normas gerais sobre comércio exterior e relações internacionais.
- d) Compete ao Município legislar sobre o sistema monetário nacional e a política cambial.

e) Compete ao Município disciplinar exclusivamente matérias relacionadas ao direito eleitoral.

20. Em dezembro de 2025, ocorreu em Nairóbi, no Quênia, uma importante reunião internacional voltada à agenda ambiental global. O encontro reuniu ministros, organizações internacionais e representantes da sociedade civil para discutir soluções para desafios ambientais e climáticos globais. Esse evento corresponde à:

- a) Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).
- b) Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Segurança Global.
- c) Sétima Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA-7).
- d) Conferência Internacional do G20 sobre Transição Energética.
- e) Cúpula Internacional da Organização Mundial do Comércio.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. No debate contemporâneo sobre a 'Questão Social', a perspectiva defendida por José Paulo Netto sustenta que ela é indissociável da:

- a) Dinâmica de exploração do trabalho pelo capital sob a égide do monopólio.
- b) Emergência das novas formas de filantropia no capitalismo periférico.
- c) Diluição das classes sociais na era da acumulação flexível.
- d) Crescente desfiliação social causada pela crise da sociedade salarial.
- e) Ausência de políticas públicas eficazes de redistribuição de renda.

22. A atuação do assistente social como trabalhador assalariado exige a constante articulação entre diferentes saberes (interdisciplinaridade) e diferentes áreas da política pública (intersectorialidade). À luz da teoria social crítica e dos desafios contemporâneos à efetivação dos direitos sociais, assinale a alternativa correta:

- a) A interdisciplinaridade consiste na fusão dos saberes, onde o assistente social deve abrir mão de sua identidade profissional e de suas atribuições privativas em prol de uma "prática genérica" que agilize o atendimento institucional.
- b) A intersectorialidade é uma estratégia de gestão que visa a transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil, reduzindo a necessidade de financiamento público e otimizando o trabalho voluntário nas redes de apoio.
- c) O trabalho interdisciplinar pressupõe a preservação da especificidade de cada área profissional, estabelecendo diálogos e conexões que permitam apreender a multidimensionalidade das demandas dos usuários, superando a visão fragmentada e tecnicista.
- d) Na lógica da intersectorialidade, as políticas de assistência, saúde e educação devem operar de forma isolada e autônoma, garantindo que o assistente social foque exclusivamente na sua "seção" para evitar o sobreposição de funções e conflitos de competência.
- e) A atuação intersectorial dispensa o planejamento técnico e a sistematização de dados, baseando-se exclusivamente na boa



vontade e na harmonia pessoal entre os profissionais das diferentes unidades de atendimento.

23. Conforme o Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), constitui princípio fundamental da profissão:

- a) Neutralidade técnico-operativa diante das expressões da questão social.
- b) Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo.
- c) Subordinação da prática profissional às diretrizes governamentais vigentes.
- d) Prioridade à eficiência administrativa em detrimento da participação dos usuários.
- e) Sigilo profissional absoluto, inclusive quando houver determinação judicial.

24. De acordo com a Lei nº 8.662/1993, a supervisão direta de estagiários de Serviço Social é uma:

- a) Atribuição privativa do assistente social, em pleno gozo de seus direitos profissionais.
- b) Competência geral compartilhada com outros profissionais da área de humanas.
- c) Faculdade das instituições de ensino, independente da formação do supervisor de campo.
- d) Tarefa administrativa que pode ser delegada a técnicos de nível médio.
- e) Responsabilidade exclusiva do supervisor acadêmico da universidade.

25. No exercício das atribuições privativas do assistente social, a elaboração de documentos técnicos é o suporte para a viabilização de direitos e subsídio para decisões judiciais ou institucionais. Sobre a distinção entre Estudo Social, Relatório, Laudo e Parecer, assinale a alternativa correta:

- a) O Estudo Social é um documento de síntese, destinado a apresentar apenas os dados socioeconômicos do usuário, sem a necessidade de fundamentação teórica ou análise crítica da realidade.
- b) O Parecer Social é a parte conclusiva do laudo ou de uma manifestação técnica, onde o profissional emite sua opinião fundamentada e toma a decisão final que deve ser obrigatoriamente acatada pelo juiz ou autoridade solicitante.
- c) O Laudo Social e o Parecer Social são sinônimos e referem-se ao processo metodológico de investigação realizado pelo assistente social durante a perícia.
- d) O Relatório Social é a apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou intervenção realizada, podendo ser informativo, de acompanhamento ou de visita, sendo o instrumento que subsidia a construção do Laudo Social.
- e) Por ser um documento de fé pública, o Relatório Social deve omitir as contradições sociais e as resistências dos usuários, focando exclusivamente nos aspectos formais da legislação vigente.

26. A Constituição Federal de 1988, em seu Título VIII (Da Ordem Social), rompeu com o modelo assistencialista anterior ao instituir a Seguridade Social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade. Este sistema, estruturado sob a égide do "Orçamento da Seguridade Social", é composto por um tripé de políticas que operam sob lógicas distintas de

acesso e financiamento. Com base no texto constitucional e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), os eixos que completam este sistema junto à Assistência Social são:

- a) Educação e trabalho.
- b) Habitação e educação.
- c) Saúde e assistência privada
- d) Saúde e previdência social.
- e) Previdência social e trabalho.

27. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), garante o pagamento de um salário-mínimo mensal a pessoas com deficiência e idosos com 65 anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção. Sobre as regras de cálculo da renda familiar para a concessão do BPC, assinale a alternativa correta:

- a) A renda familiar mensal *per capita* deve ser, como regra geral, superior a meio salário-mínimo.
- b) O valor recebido a título de BPC por um idoso da mesma família deve ser obrigatoriamente somado à renda bruta para o cálculo da renda *per capita* de um novo requerente.
- c) Benefícios previdenciários (como aposentadorias) de até um salário-mínimo, ou o BPC já concedido a idosos (acima de 65 anos) ou pessoas com deficiência, não são computados no cálculo da renda familiar *per capita* para a concessão de um novo BPC.
- d) A avaliação da deficiência para fins de concessão do BPC é realizada exclusivamente por meio de perícia médica, focada nas funções fisiológicas do corpo.
- e) O BPC é um benefício de natureza previdenciária, exigindo que o beneficiário tenha contribuído para o INSS por pelo menos 12 meses.

28. Sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a Lei nº 14.176/2021 trouxe alterações permitindo que o limite da renda familiar *per capita* seja ampliado para:

- a) 1/3 do salário mínimo, em qualquer hipótese.
- b) Até 1/2 do salário mínimo, conforme o grau de deficiência e gastos com saúde.
- c) Critério subjetivo definido exclusivamente pelo assistente social.
- d) 3/4 do salário mínimo para idosos com mais de 80 anos.
- e) Um salário mínimo integral por pessoa.

29. A Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) estabelece diretrizes específicas para o atendimento policial e pericial à mulher em situação de violência doméstica e familiar, visando à proteção de sua integridade e à prevenção da vitimização secundária. Com base no Art. 10-A da referida lei, assinale a alternativa que descreve corretamente um direito da mulher e um dever do Estado no ato do atendimento:

- a) A realização de oitivas sucessivas sobre o mesmo fato nas esferas cível e criminal, a fim de garantir a fidedignidade do relato e a ampla defesa do suposto agressor.
- b) O atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores — preferencialmente do sexo feminino — previamente capacitados para lidar com as especificidades da violência de gênero.
- c) A garantia de que o depoimento da mulher seja colhido em recinto comum da delegacia, assegurando o princípio da publicidade dos atos administrativos e judiciais.



- d) O registro do depoimento por meio eletrônico ou magnético, sendo indispensável a presença física do suposto agressor no mesmo ambiente para fins de acareação imediata.
- e) A obrigatoriedade de que a mulher seja atendida exclusivamente por profissionais do sexo feminino, sob pena de nulidade absoluta de todos os atos processuais subsequentes.

30. No Estatuto da Criança e do Adolescente, o princípio da 'Prioridade Absoluta' (Art. 4º) implica, entre outros, na:

- a) Escuta obrigatória apenas se o adolescente confessar o ato infracional.
- b) Preferência na formulação de políticas para adultos vulneráveis.
- c) Isenção total de qualquer responsabilidade legal para menores de 18 anos.
- d) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- e) Aplicação de medidas socioeducativas antes de qualquer investigação.

31. O Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), atualizado, garante proteção integral a pessoas com 60 anos ou mais, assegurando prioridade em saúde, transporte e justiça. Assinale a alternativa incorreta, conforme o disposto no Estatuto do Idoso:

- a) Mudanças recentes incluem a prioridade absoluta para maiores de 80 anos, modernização da carteira do idoso e fortalecimento de medidas protetivas contra violência.
- b) O direito ao transporte garante a gratuidade no transporte coletivo urbano para maiores de 65 anos (e 10% de vagas gratuitas em interestaduais).
- c) A legislação determina que é dever da família, da sociedade e do poder público assegurar os direitos das pessoas idosas.
- d) A legislação, em relação à saúde da pessoa idosa, determina garantia de medicamentos gratuitos (especialmente de uso contínuo), atendimento domiciliar e internação.
- e) A prioridade especial indica que idosos com 60 anos ou mais têm preferência especial sobre os demais em todos os atendimentos.

32. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, consolidou a mudança de paradigma sobre a deficiência no Brasil, migrando do modelo puramente médico para o modelo social. De acordo com as disposições gerais, definições e normas de avaliação constantes na referida Lei, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- b) A deficiência é considerada uma condição estática e intrínseca à pessoa, devendo ser atestada exclusivamente por perícia médica para fins de concessão de todo e qualquer direito previsto na LBI.
- c) As barreiras atitudinais são definidas como todo entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impeça a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.
- d) O direito à moradia da pessoa com deficiência, no âmbito dos programas habitacionais públicos ou subsidiados com

recursos públicos, assegura a reserva de, no mínimo, 10% (dez por cento) das unidades habitacionais para esse segmento.

e) A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial e realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, devendo considerar obrigatoriamente e de forma isolada os fatores biológicos em detrimento dos fatores socioambientais e psicológicos.

33. Na execução da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) é ofertado exclusivamente no:

- a) CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).
- b) Conselho Municipal de Assistência Social.
- c) Ministério do Desenvolvimento Social, via transferência direta.
- d) Abrigo Institucional para idosos.
- e) CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

34. A gestão dos Programas de Transferência de Renda no Brasil, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pressupõe a articulação entre a segurança de renda e as demais seguranças afiançadas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Sobre a gestão de benefícios, as condicionalidades e a intersectorialidade nessas políticas, assinale a alternativa correta:

- a) As condicionalidades do Programa Bolsa Família, nas áreas de saúde e educação, devem ser compreendidas como mecanismos de punição às famílias, visando a exclusão imediata do benefício em caso de descumprimento por negligência familiar.
- b) O Benefício de Prestação Continuada (BPC), por ser um benefício de transferência de renda de caráter assistencial, integra o Programa Bolsa Família para fins de cálculo de renda per capita, sendo vedado o recebimento acumulado de ambos por membros do mesmo núcleo familiar.
- c) A gestão do Cadastro Único (CadÚnico) é de responsabilidade exclusiva da União, cabendo aos municípios apenas a consulta dos dados, sem autonomia para a inclusão ou atualização cadastral das famílias em seus territórios.
- d) O acompanhamento familiar de beneficiários em situação de descumprimento de condicionalidades é uma atribuição precípua dos serviços socioassistenciais (PAIF/PAEFI), visando identificar vulnerabilidades e riscos que impedem o acesso aos direitos, e não meramente a fiscalização do repasse financeiro.
- e) A transferência de renda no Brasil, após a Constituição de 1988, caracteriza-se pelo "mínimo social", o que desobriga o Estado de promover a integração desses beneficiários aos serviços de proteção básica e especial.

35. No âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a compreensão das categorias "vulnerabilidade social" e "risco social" é determinante para a organização da proteção social básica e especial. Sobre a distinção teórica e a aplicabilidade operativa desses conceitos na prática do Assistente Social, assinale a alternativa correta:

- a) A vulnerabilidade social caracteriza-se exclusivamente pela ausência de renda monetária, sendo o Risco Social a categoria utilizada para designar famílias que possuem renda superior a três salários mínimos, mas residem em áreas de alta criminalidade.



b) A vulnerabilidade social é uma categoria multidimensional que envolve a fragilidade de vínculos afetivo-relacionais e o acesso precário a bens e serviços públicos, enquanto o risco social refere-se a situações onde o direito já foi violado, exigindo intervenções de caráter protetivo e especializado.

c) O Risco Social é o objeto de intervenção prioritário do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), visto que a proteção básica atua no momento em que a violência intrafamiliar já está consolidada.

d) De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a vulnerabilidade e o risco são conceitos sinônimos, não havendo distinção técnica para a oferta de serviços em nível de Proteção Básica ou Especial.

e) A situação de risco social é definida pela incapacidade inata do indivíduo em prover seu próprio sustento, sendo uma categoria de cunho psicologizante que desconsidera as determinações macroestruturais do capitalismo.

36. A Portaria nº 992/2009, que institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), fundamenta-se no reconhecimento de que o racismo e as desigualdades étnico-raciais operam como determinantes sociais das condições de saúde no Brasil. Sobre as diretrizes, objetivos e a operacionalização dessa política no âmbito do SUS, assinale a alternativa correta:

a) A PNSIPN propõe a criação de um sistema de saúde paralelo e exclusivo para a população negra, visando garantir que o atendimento seja realizado apenas por profissionais da mesma etnia, em respeito à identidade cultural.

b) A coleta do quesito "raça/cor" nos sistemas de informação de saúde é facultativa e deve ser evitada pelos profissionais de Serviço Social para não reforçar estigmas ou preconceitos durante o acolhimento no SUS.

c) A política foca exclusivamente no tratamento de patologias de base genética, como a anemia falciforme, desconsiderando agravos epidemiológicos como a mortalidade materna e a violência urbana, por serem questões de segurança pública e não de saúde.

d) A gestão da PNSIPN é de competência centralizada e exclusiva do Governo Federal, sendo vedada a participação de movimentos sociais e do controle social para evitar a partidização das ações de saúde.

e) O enfrentamento ao racismo institucional é um objetivo central da política, compreendendo que o fracasso das instituições em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido à sua cor, cultura ou origem étnica gera iniquidades em saúde.

37. A Estratégia de Saúde da Família (ESF) constitui-se como o modelo substitutivo da rede básica tradicional, visando a reorganização da atenção primária sob os princípios do SUS. Conforme a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e as competências das equipes multiprofissionais, a ESF caracteriza-se por:

a) Centralizar as ações de saúde em unidades de referência regional, visando a otimização de custos e a especialização do atendimento médico-curativo.

b) Priorizar o atendimento a indivíduos saudáveis em idade laboral, visando minimizar o impacto do absenteísmo nas instituições públicas e privadas do território.

c) Operacionalizar a atenção à saúde por meio de equipes multiprofissionais responsáveis por um território adstrito, sob os

princípios da vinculação, continuidade do cuidado e vigilância à saúde.

d) Adotar uma lógica itinerante de atendimento, onde a equipe não possui base física fixa, permitindo maior mobilidade para atender comunidades rurais de difícil acesso.

e) Substituir a atuação do médico e do enfermeiro pela figura do assistente social e do agente comunitário em áreas de alta vulnerabilidade, reduzindo a complexidade técnica do cuidado.

38. A Resolução nº 588/2018, que aprova a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS), define esta política como uma função essencial do SUS, de caráter universal, transversal e orientadora do modelo de atenção à saúde nos territórios. Considerando as diretrizes e a organização da Vigilância em Saúde, assinale a alternativa correta:

a) A Vigilância em Saúde compreende exclusivamente o controle de doenças transmissíveis e o acompanhamento de surtos epidêmicos, sendo a assistência hospitalar a responsável pela análise dos fatores socioambientais.

b) O modelo de Vigilância em Saúde é pautado pela "fragmentação das ações", onde cada ente federativo atua de forma independente e sem necessidade de compartilhamento de dados epidemiológicos entre as esferas de governo.

c) A PNVS define que a vigilância deve estar inserida no cotidiano das equipes de Atenção Básica, utilizando a territorialização como ferramenta para identificar grupos vulneráveis e intervir nos determinantes e condicionantes de saúde.

d) As ações de Vigilância Sanitária e Vigilância em Saúde do Trabalhador são facultativas aos municípios, devendo ser executadas apenas quando houver financiamento privado direto das empresas locais.

e) A PNVS estabelece que a participação da comunidade e o controle social são dispensáveis nas ações de vigilância, devido ao caráter estritamente técnico e laboratorial das intervenções e análises de risco.

39. O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), reorganizado pela Lei nº 13.840/2019, estabelece diretrizes para a prevenção, atenção e reinserção social de usuários ou dependentes de drogas. No que tange aos princípios, diretrizes e modalidades de tratamento previstos na legislação vigente, assinale a alternativa correta:

a) O SISNAD adota como diretriz exclusiva a estratégia de Redução de Danos, sendo vedada a aplicação de qualquer modelo terapêutico baseado na abstinência total, em respeito à autonomia da vontade do usuário.

b) A internação involuntária apenas será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes, devendo ser realizada em unidades de saúde ou hospitais gerais, com prazo máximo de 90 (noventa) dias, e autorizada por médico devidamente registrado.

c) A internação involuntária de dependentes de drogas deve ser realizada obrigatoriamente sem a necessidade de laudo médico, bastando o requerimento fundamentado do Assistente Social ou do responsável legal para a efetivação da medida.

d) As Comunidades Terapêuticas, no âmbito do SISNAD, são caracterizadas como unidades de saúde de alta complexidade, responsáveis pela desintoxicação aguda e pelo manejo de crises de abstinência com suporte farmacológico.

e) O tratamento do usuário ou dependente de drogas deverá ser realizado de forma isolada do meio social, priorizando-se o



confinamento em comunidades fechadas como estratégia principal para a reinserção social e o fortalecimento de vínculos familiares.

40. O tratamento do uso abusivo de álcool e outras drogas no Brasil passou por profundas transformações com a Reforma Psiquiátrica e a instituição da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Sob a perspectiva das questões culturais e psicossociais, e considerando a atuação do Assistente Social nessa política, assinale a alternativa correta:

- a)** O uso de drogas deve ser compreendido como uma patologia de base exclusivamente biológica, sendo a internação em hospitais psiquiátricos de custódia a única intervenção eficaz para garantir a segurança da família.
- b)** As questões culturais influenciam a percepção social sobre as drogas, evidenciando que a criminalização recai de forma desigual sobre os sujeitos, frequentemente associando o uso de substâncias ilícitas à pobreza e à marginalidade social.
- c)** A estratégia de Redução de Danos é considerada pela ética profissional como uma forma de "apologia ao crime", pois desconsidera o objetivo da abstinência como única meta possível para a reintegração social do usuário.
- d)** O acompanhamento psicossocial deve focar na adaptação do indivíduo às normas produtivas do capital, utilizando o isolamento social como técnica pedagógica para apagar as marcas culturais do uso de drogas.
- e)** No atendimento aos usuários de álcool e outras drogas, o Assistente Social deve realizar o "julgamento de valor" sobre as escolhas do usuário, utilizando a autoridade institucional para impor tratamentos religiosos como condição de acesso a benefícios assistenciais.

